



**AVISO DE DISPENSA**

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DIRETA Nº 012/2024**

**ART. 75, II DA LEI FEDERAL 14.133/2021**


A Câmara Municipal de Conceição de Macabu, através da Comissão Permanente de Licitações, com base no Art. 18, VIII da Lei Municipal nº 1772/2022, torna público, que ficará disponível nos 03 (três) dias úteis a partir da publicação, para o envio dos Documentos de Habilitação e Proposta até as 17h00min do 3º (terceiro) dia útil (08/05/2024), através do E-mail: [licitacao@conceicaodemacabu.rj.leg.br](mailto:licitacao@conceicaodemacabu.rj.leg.br) ou entregue de forma física no Protocolo Geral desta Câmara situada a Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro, Conceição de Macabu-RJ, de acordo com as Leis em vigência. O Termo de Referência, seus anexos e demais informações estarão disponíveis para download no seguinte site [www.conceicaodemacabu.rj.leg.br](http://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br) Tei. contato (22) 2779-2047 ramal 210.

Objeto: Contratação de serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), 24 horas, sete dias por semana, com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, de forma contínua, visando priorizar e otimizar a segurança da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, conforme quantidades, condições e especificações estabelecidas no termo de referência.

Conceição de Macabu-RJ, 03 de maio de 2024.

  
Wilson Lourenço da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

  
Nathalia Silveira Braga  
Presidente da Câmara  
Biênio 2023/2024



**TERMO DE REFERÊNCIA  
DISPENSA DIRETA Nº 012/2024  
EXCLUSIVO: EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE  
PEQUENO PORTE**

**1. OBJETO**

Contratação de serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), 24 horas, sete dias por semana, com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, de forma contínua, visando priorizar e otimizar a segurança da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, conforme quantidades, condições e especificações estabelecidas no termo de referência.

**2. CONTRATAÇÃO.**

2.1. A contratação será por meio de Dispensa de Licitação Art. 75, II da Lei 14.133/2021.

2.2. O tipo de contratação é o menor preço.

2.3. A adjudicação será global sob o regime de empreitada por preço unitário

2.3.1. A adjudicação será global por se considerar um único item com serviços que se integram.

**3. JUSTIFICATIVA**

3.1. A Contratação de serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), visa ampliar, garantir e manter a segurança da circulação de servidores, colaboradores e visitantes que ingressam no prédio. O monitoramento através de câmeras, com gravação, bem como o registro de entrada e saída, através de controle de acesso, bem como monitoramento das áreas consideradas de risco operacional e bens patrimoniais, auxiliando a supervisão e controle e gestão do espaço público.

3.2. Nesse sentido, a implementação de um Sistema CFTV moderno proporcionará a inibição da possível prática de delitos, desencorajando possíveis tentativas de violação da segurança do local, permitindo o registro de fatos ocorridos, fornecendo pormenores dos eventuais incidentes, bem como registrando as violações da segurança que ocorram nas áreas monitoradas, criando condições para a identificação dos agentes envolvidos e trazendo significativamente melhoria da segurança da Câmara.

3.3. A opção pela locação se faz pela maior flexibilidade quanto a manutenção periódica, preventiva e corretiva dos equipamentos, onde a empresa contratada ficará responsável pelas manutenções e substituições de peças e/ou equipamentos em caso de defeitos, causados com o tempo de uso. Em que pese a aquisição dos equipamentos, ficará às custas da Administração toda a manutenção periódica, preventiva e corretiva, e a aquisição

Controle Interno  
Processo nº 159  
Rubrica  
Fls.  
*[Assinatura]*  
Secretaria de Trabalho  
Posterior 03/2024





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**

das peças a serem substituídas dos equipamentos que sofrerem algum dano/avaria, seja por má utilização, seja por desgaste natural, além de toda atualização de tecnologias empregadas. Neste caso, em sendo os equipamentos locados, fica dispensada a necessidade de contratação de empresa para realização das manutenções, das compras de peças e atualizações tecnológicas, o que pode vir a gerar novos custos para a Administração.

#### 4. VALOR TOTAL ESTIMADO

4.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 56.164,75 (cinquenta e seis mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

#### 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

<b>Unidade Orçamentária</b>	001 – CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU
<b>Função</b>	01 – LEGISLATIVO
<b>Ficha</b>	10 – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
<b>Sub função</b>	031 – AÇÃO LEGISLATIVA
<b>Programa</b>	0001 – APOIO ADMINISTRATIVO
<b>Projeto/Ative</b>	2806 – MAN. DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
<b>Conta</b>	3.3.90.39.00 – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
<b>Fonte</b>	1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS A IMPOSTOS

#### 6. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
01	Serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), 24 horas, sete dias por semana, com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, de forma contínua, visando priorizar e otimizar a segurança da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.	Serviço/Mês	12

6.1. Os serviços especificados neste pedido foram estimados para realização em 12 (doze) meses.

6.2. A técnica quantitativa foi estimada através do ETP – Estudo Técnico Preliminar, vinculado ao Processo Administrativo nº 149/2024.

Controle Interno  
Processo nº 149  
Pública  
Fls.

Mary J. A. Carvalho  
Secretária Geral  
Portaria 03/2023

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

Prça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br (22) 2779-2047 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**

6.3. Os serviços, objeto deste termo, serão executados na Câmara Municipal de Conceição de Macabu, localizada à Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000.

## 7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

7.1. A prestação dos serviços, objeto deste termo, serão executados na Câmara Municipal de Conceição de Macabu, localizada à Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000. Fica facultada às interessadas, a visita técnica nas dependências onde será realizada o serviço, com a finalidade de tomar pleno conhecimento das condições técnicas, do grau de dificuldades dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir diretamente na elaboração da proposta, e futuramente na execução do objeto do presente Termo de Referência.

<b>Contratação de serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), 24 horas, sete dias por semana, com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos.</b>					
Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), 24 horas, sete dias por semana, com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, de forma contínua, visando priorizar e otimizar a segurança da Câmara Municipal de Conceição de Macabu	MÊS	12	R\$ 4.680,40	R\$ 56.164,75

### 7.2. Equipamentos e detalhes de instalação

#### 7.2.1. NVR 16 Canais 4K (2160p) (Qtd 01)

7.2.1.1 16 canais IP;

7.2.1.2. Suporta câmeras IP com resolução até 4K;

7.2.1.3 Compatível com tecnologia H.265+ e H.265;

7.2.1.4. Saídas de vídeo 1 HDMI (3840 x 2160) e 1VGA;

7.2.1.5. Suporta 2 HD SATA;

7.2.1.6. Acesso facilitado a aplicativo e softwares via Intelbras Cloud;

7.2.1.7. Criptografia de áudio e vídeo (LGPD) - Compatibilidade com protocolo Onvif;

C M C M  
Controle Interno  
Processo nº 169  
Rubrica \_\_\_\_\_ Fls \_\_\_\_\_

Mary José de Carvalho  
Secretária de  
Portaria 03/2023

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

Praca Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br (22) 2779-2047 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>





- 7.2.1.8. Gravação de todos os canais em 8MP(4K), 5MP, 4MP, 3MP, 2MP (Full HD/1080p), 1MP(HD/720p), D1 e CIF;
- 7.2.1.9. Compressão de áudio suportado – G.711, AAC e PCM
- 7.2.1.10. 02 - HD 4TB - para Memória de Gravação com Disco rígido especial para segurança eletrônica, tecnologia de hibernação do HD, alarme de falha e alarme de espaço insuficiente.
- 7.2.1.11. Compressão de vídeo/áudio - H.265+, H.265, H.264+, H.264H, H.264, H.264B / G.711u, G.711a, PCM, AAC.
- 7.2.1.12. Eventos : Gravação de vídeo, tour, e-mail, FTP, buzzer e pop-up mensagem de gravação Controle PTZ através de rede TCP/IP para speed domes IP, gravação simples por eventos ou regular.
- 7.2.1.13. Funções de rede: HTTP/HTTPS, TCP/IP, IPv4/IPv6, RTSP, UDP, UPnP (somente discovery), NTP, DNS, DDNS, DHCP, Filtro IP, FTP, SFTP, E-mail (SMTP), SNMP, Multicast, 802.1x, PPPoE RTMP e Intelbras Cloud;

#### 7.2.2. CÂMERA DE ALTA DEFINIÇÃO FULLHD IP67 (Qtd 16)

- 7.2.2.1. 1/2.7" 2 megapixels CMOS;
- 7.2.2.2. Obturador eletrônico Automático / Manual (1/3s ~ 1/100000s);
- 7.2.2.3. Relação sinal-ruído >50 dB;
- 7.2.2.4. 0,1 lux/F2.0 (Colorido, 1/3s, 30IRE) 0 lux/F2.0 (IR ligado);
- 7.2.2.5. Tipo de lente Fixa;
- 7.2.2.6. Distância focal 3.6 mm;
- 7.2.2.7. Abertura máxima F2.0;
- 7.2.2.8. Comprimento de onda LED IR 850 nm;
- 7.2.2.9. Distância máxima do infravermelho 30 metros;
- 7.2.2.10. Ângulo de visão Horizontal: 82°/Vertical: 45°;
- 7.2.2.11. Detecção de movimento;
- 7.2.2.12. Região de interesse até 4 áreas;
- 7.2.2.13. Máscara de vídeo até 4 áreas;
- 7.2.2.14. Análise de vídeo Detecção de intrusão (cerca virtual), detecção de cruzamento de linha (linha virtual), mascaramento de vídeo (video tampering);
- 7.2.2.15. Detecção de anormalidades, falha de gravação e cartão SD, falhas de rede, acesso ilegal e detecção de subtensão;
- 7.2.2.16. Compressão de vídeo H.265/ H.264/H.264B/MJPEG<sup>2</sup>;
- 7.2.2.17. Compressão de vídeo inteligente (H.265+);

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 799  
Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

*Manoel A. Garvalho*  
Manoel A. Garvalho  
Secretaria Geral  
Portaria 03/2023



7.2.2.18. Resolução 3MP (2304×1296)/ 3MP (2048×1536)/ 4MP (2688×1520)/ 5MP (2592×1944)/ 5.3MP(3072×1728)/ 6MP (3072×2048)/ 4K (3840×2160)/ D1 (704×480)/ CIF (352×240)/ VGA (640×480);

7.2.2.19. Taxa de frames Stream: principal: 3840×2160 (1 fps–15 fps), 2688×1520 (1 fps–25/30 fps), Stream extra: 704×576 (1 fps–25 fps), 704×480 (1 fps–30 fps);

7.2.2.20. Controle de taxa de bits (CBR / VBR);

7.2.2.21. Taxa de bits H.264: 32 kbps–8192 kbps, H.265: 12 kbps–8192 kbps, MJPEG: 3 kbps a 8192 kbp;

7.2.2.22. Modos de vídeo (Automático/ Colorido/ Preto e Branco);

7.2.2.23. Perfil (Regular/ Perfil Fixo/ Agendamento/ Dia e Noite);

7.2.2.24. Controle de ganho automático;

7.2.2.25. Compensação de luz de fundo BLC/ WDR (120 dB)/ HLC;

7.2.2.26. Balanço do branco (Automático/ Natural/ Externo/ Exterior/ Manual/ Personalizado);

7.2.2.27. Interface 1 RJ-45 (10/100Base-T);

7.2.2.28. Protocolos (ARP/ Bonjour/ DDNS/ DHCP/ DNS/ FTP/ HTTP/ HTTPS/ ICMP/ IGMP/ Intelbras -1<sup>3</sup>/ IPv4/ IPv6/Multicast/ NTP/ Onvif {S, T e G} / PPPoE/ SSH/ QoS/ RTCP/ RTMP<sup>4</sup>/ RTP/ RTSP/ SMTP/ TCP/ UDP/UPnP / CGI)

7.2.2.29. Throughput Máx 72Mbps;

7.2.2.30. Armazenamento com entrada para cartão micro-SD de até 256 GB e FTP;

7.2.2.31. Alimentação 12 Vdc (P4 fêmea) / PoE 802.3af;

### 7.2.3. Switch PoE (Qtd 01)

7.2.3.1. Capacidade para conexão de 18 Câmeras

7.2.3.2. 2 portas com conexão 10/100/1000 Mbps RJ45

### 7.2.4. No Break Bi-volt 1.800 (Qtd 01)

7.2.4.1. Potência 1800 VA;

7.2.4.2. Topologia: Nobreak (UPS) interativo com regulação on-line;

7.2.4.3. Forma de Onda: Bivolt automático 115/127/220V~;

7.2.4.4. Conexão de entrada: Plugue NBR 14136;

7.2.4.5. Tempo de autonomia (máximo): 85 minutos expansível até 23h ;

7.2.4.6. Estabilizador interno, Função TRUE RMS, Circuito Desmagnetizador;

7.2.4.7. Gerenciamento: Portas de comunicação USB e RS232 (cabo USB incluso).

Acessório SNMP/HTTP opcional;

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 119  
Rubrica \_\_\_\_\_ Fis. \_\_\_\_\_

Marysuelly A. Carvalho  
Secretaria Geral  
Portaria 02/2023





7.2.4.8. Proteções do nobreak: Sobreaquecimento no transformador e inversor, potência excedida, descarga total da bateria, curto-circuito no inversor;

7.2.4.9. Tensão saída: 115V~;

7.2.4.10. Conexão de saída: 9 tomadas NBR 14136 ;

7.2.4.11. Microprocessador: Microprocessador RISC de alta velocidade com memória Flash;

7.2.4.12. Sinalizações: Senoidal por aproximação - retangular PWM;

7.2.4.13. Botão liga e desliga: Temporizado para evitar desligamentos acidentais e/ou involuntários.

#### **7.2.5. TV LED 43" 4K/UHD (2160p) (Qtd 01)**

7.2.5.1. Tecnologia LCD/cLED;

7.2.5.2. 4K HDR;

7.2.5.3. Formato da tela 16:9;

7.2.5.4. Taxa de atualização: 60Hz;

7.2.5.5. Resolução vídeo: 3840x2160 (4K);

7.2.5.6. Conectividade: Bluetooth 5.0, Conectividade Wi-Fi: 2.4G/5G, USB 2.0, HDMI 2.1;

7.2.5.7. 01 Suporte Articulado de parede com giro horizontalmente;

#### **7.2.6. CABO HDMI 4K/UHD 20M (2160p) (Qtd 02)**

7.2.6.1. Resolução: 576I, 576B, 720I, 720P, 1080I, 1080P e 2160P - 4k@60HZ;

7.2.6.2. Velocidade de transmissão: 18 Gbps à 600mhz;

7.2.6.3. Retorno de áudio: permite transmitir áudio (não precisa de outro cabo);

7.2.6.4. Resolução de imagens: 3D Total;

7.2.6.5. Proporção de Cinema 21:9.

#### **7.2.7. CABO HDMI 4K/UHD 5M (2160p) (Qtd 02)**

7.2.7.1. Resolução: 576I, 576B, 720I, 720P, 1080I, 1080P e 2160P - 4k@60HZ;

7.2.7.2. Velocidade de transmissão: 18 Gbps à 600mhz;

7.2.7.3. Retorno de áudio: permite transmitir áudio (não precisa de outro cabo);

7.2.7.4. Resolução de imagens: 3D Total;

7.2.7.5. Proporção de Cinema 21:9.

#### **7.2.8. CONTROLE DE ACESSO POR RECONHECIMENTO FACIAL, COM SENHA OU CARTÃO DE ACESSO (Qtd 01)**

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 119  
Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

*Marysury M. Carvalho*  
Secretaria Geral  
Parlaria 01/2023



- 7.2.8.1. Detecção facial por profundidade da face, que impossibilita acesso por foto ou vídeo em meio físico ou digital (sistema anti-fake);
- 7.2.8.2. Tela LCD de alta resolução sensível ao toque (capacitiva);
- 7.2.8.2. Sistema de detecção de presença através de movimentação;
- 7.2.8.3. Indicado para ambientes internos;
- 7.2.8.5. Suporta reconhecimento facial, leitor RFID, senha e QR code;
- 7.2.8.6. Capacidade para 50.000 usuários;
- 7.2.8.7. Capacidade para 50.000 cartões (até 5 por usuário);
- 7.2.8.8. Capacidade para 50.000 templates faciais (1 por usuário);
- 7.2.8.9. Capacidade para até 50 administradores;
- 7.2.8.10. Dados de usuários salvos diretamente no controlador de acesso;
- 7.2.8.11. Dupla câmera grande angular de 2 MP: uma de luz visível, colorida (RGB) e outra de luz infravermelha (IR);
- 7.2.8.12. Compensação de luz inteligente através de LEDs brancos frontais;
- 7.2.8.13. Autocompensação dos LEDs de luz infravermelha;
- 7.2.8.14. Conexão via Wi-Fi ou Ethernet;
- 7.2.8.15. Baixo índice de falsa rejeição;
- 7.2.8.16. Precisão de verificação de face > 99,5%;
- 7.2.8.17. Velocidade de comparação da face  $\leq 0,3s$  por pessoa;
- 7.2.9. Os serviços de instalação, bem como aqueles de infraestrutura eventualmente necessários, serão executados pela contratada, incluindo todo e qualquer material necessário para a completa para instalação dos equipamentos, bem como transporte de materiais e pessoal, serviços de tubulação, cabeamento e adaptação de instalações elétricas, interligando os pontos de instalação a serem ativados;
- 7.2.10. Entende-se por instalação a montagem, a fixação, os ajustes, a interligação entre si e com quadros e painéis, a alimentação elétrica de todos os equipamentos, execução de testes e a colocação em operação de todo o sistema até seu recebimento;
- 7.2.11. Os serviços de infraestrutura consistirão no fornecimento e instalação de cabos, tubulações, caixas de passagem, conexões, conectores, tomadas, espelhos e instalação completa dos dispositivos e cabeamentos necessários para fixação e funcionamento dos equipamentos e acomodação dos condutores elétricos e de sinal para os pontos de câmeras, NVD e do controle de acesso;

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 179  
Rubrica? 4 Fis

*Mary...*  
Mary...  
Secretaria Geral  
Portaria 03/2023





7.2.12. A infraestrutura para a interligação de todas as câmeras, bem como para a instalação do NVD e de todos os equipamentos será de responsabilidade da contratada;

7.2.13. Poderá ser utilizada parte da infraestrutura de rede (eletrocalhas e eletrodutos) já existente no prédio, para interconexão entre as câmeras e o NVD, onde for aplicável.

7.2.14. O gravador de imagens (NVD) que deverá ser instalado deverá suportar a gravação das imagens por um período de 30 (trinta) dias.

7.2.15. As instalações elétricas deverão ser executadas obedecendo às especificações técnicas em conformidade com as prescrições da norma NBR-5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e demais normas vinculadas;

7.2.16. Certificação de todos os pontos de rede;

7.2.17. Não serão permitidas, em nenhuma hipótese, emendas de cabos no interior dos eletrodutos;

7.2.18. As câmeras deverão ser interligado através de cabos de rede UDP (cat5e)

7.2.19. Os cabos devem ser lançados em infraestrutura adequada, conforme as normas de instalações pertinentes.

### 7.3. DA ASSISTÊNCIA/SUPORTE E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

7.3.1. A empresa vencedora deverá prestar suporte técnico na solução de segurança eletrônica durante a vigência do contrato em regime 24x7.

7.3.2. A manutenção dos equipamentos deverá ocorrer de forma preventiva mensalmente ou corretiva quando necessária (qualquer momento) diurna ou noturna com prazo máximo de atendimento de 6 (seis) horas.

7.3.3. O suporte e assistência às câmeras deverá prever manutenção física e lógica dos equipamentos, realizando-se testes de funcionamento, detecção de falhas e correções de qualquer gênero, de acordo com os níveis de serviço. Os custos deste serviço devem fazer parte da composição de preços da locação e manutenção do sistema.

C. M. C. M.  
Controle Interno  
Processo 1797  
Rubrica A Fls

Mary  
Secretaria da Câmara  
Municipal de Conceição de Macabu



7.3.4. A contratada deverá disponibilizar/fornecer número de telefone, e-mail, celular ou outro meio para atendimento às solicitações de manutenção nos equipamentos, que deverá funcionar de segunda a segunda, 24 horas por dia;

7.3.5. Deverá ser apresentado relatório das ações para cada solicitação de suporte, contendo data e hora da solicitação de suporte técnico, do início e do término do atendimento, identificação do problema, providências adotadas e demais informações pertinentes;

7.3.6. A contratada deverá realizar uma visita mensal específica para manutenção preventiva onde deverá seguir as recomendações do fabricante, conforme descrito a seguir:

- Limpeza geral das caixas de proteção;
- Limpeza do visor/globo de proteção das câmeras;
- Verificação dos conectores;
- Verificação do sistema de alimentação;
- Verificação das instalações física (suporte e fiação);
- Checagem de conexões, fontes e nobreaks;
- Revisão geral das configurações e ajustes necessários; e
- Verificação dos ajustes de tela.

7.3.7. A contratada deverá manter ao longo do contrato, equipe técnica especializada para completa manutenção e suporte da solução de CFTV e Controle de Acesso implantado. As equipes deverão ser constituídas de técnicos treinados e aptos a fornecer segurança a situações de riscos, e deverão se deslocar para o local quando solicitados pela contratante.

7.3.8. Todos os custos de instalação e manutenção, bem como todos os equipamentos, materiais e infraestrutura necessária devem ser fornecidos pela contratada.

Controle Interno  
Processo nº 179  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

7.3.9. Após concluir os serviços de instalação, a contratada deve retirar todo o material existente, entulho ou quaisquer materiais remanescentes do trabalho executado. Os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, bem como acompanhar os padrões estéticos da contratante.

## 8. PRAZO DE EXECUÇÃO

*Assinado*  
Meyssa A. Carvalho  
Secretaria Geral  
Portaria 01/2023





8.1 O prazo de vigência para o serviço do objeto contratado é de 12 (doze) meses.

8.2 O início da execução do objeto contrato será de imediato, após a assinatura do respectivo contrato.

8.3. O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração Pública Municipal, até o limite de 60 (meses), conforme disposto do artigo 106 e 107 c/c 113, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. A Câmara Municipal de Conceição de Macabu terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferecer vantagem.

## 9. CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL DO ITEM	UNID.														
			1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS		
01. SERVIÇO DE MONITORAMENTO	R\$ 56.164,75	%	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	
		R\$	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40	R\$ 4.640,40

## 10. RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos nos prazos previstos nos mesmos.

10.2. Serão recebidos provisoriamente pelo(s) responsável(s) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório, no prazo de 05 (cinco) dias.

10.3. Serão recebidos definitivamente após a verificação de conformidade e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 10 (dez) dias.

10.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

M C M  
Controle Interno  
Processo nº 157  
Rubrica A Fls.

*Ufranalb*

Suplente Secretária Geral  
Portaria 03/2023





## 11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados pela Câmara Municipal de Conceição de Macabu, em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

11.2. Não será admitida pela Contratada a extinção do contrato ou a sua suspensão em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o a mesma tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído, conforme inciso I, parágrafo 3º do art. 137 da Lei 14.133/2021.

11.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de multa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

11.4. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Realizar o serviço, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela Lei Federal de Licitações.

12.2. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta.

12.3. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

12.3.1. O contratado, na execução do contrato, visando não correr riscos de prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes ou todo o serviço ou fornecimento contratado.

12.4. Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.

12.5. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto deste contrato.

12.6. Executar o contrato através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Contratante exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e

C. M. C. M.  
Controle Interno  
Processo nº 1499  
Fls. \_\_\_\_\_

Mary de Carvalho  
Secretaria Geral  
Processo nº 1499





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

obrigando-se também a indenizar o Contratante por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

12.7. Responder perante o Contratante por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao Contratante o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

12.8. Facilitar e permitir ao Contratante, a qualquer momento, a realização de auditoria, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade ao Contratante, e esclarecer prontamente as questões relativas à execução do contrato, quando solicitada.

12.9. Não utilizar o nome da Câmara Municipal de Conceição de Macabu em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

12.10. Não se pronunciar em nome da Câmara Municipal de Conceição de Macabu a órgãos da imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

12.11. Comunicar ao Contratante, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

12.12. Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

12.13. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

12.14. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providencias necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

12.15. Apresentar ao Contratante, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

12.16. Requerer a exclusão da Câmara de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

12.17. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

C M C M  
Controle Interno  
Processo nº 187  
Fis

Mary  
Secretaria Geral  
Fone: 2779-2100

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

☛ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

📧 camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**

- 12.18. A Câmara não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.
- 12.19. Fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, laudo técnico concernente ao serviço, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da solicitação.
- 12.20. Executar os serviços com pessoal habilitado e devidamente identificado.
- 12.21. Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE sobre os serviços executados.
- 12.22. Fornecer a seus empregados os equipamentos de segurança (EPI's) que se fizerem necessários para execução dos serviços, e fiscalizar o seu uso.
- 12.23. Informar ao CONTRATANTE quaisquer danos causados ao seu bem.
- 12.24. Executar o serviço atendendo aos parâmetros definidos pelas normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou, na falta dessas, de acordo com normas plenamente reconhecidas pelo fabricante.
- 12.25. Todo e qualquer assunto relativo à execução do contrato deverá ser tratado com a Gestora e/ou Comissão de Fiscalização do Contrato, sem que haja ingerência de terceiros não credenciados para tal fim

### 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização da Contratante de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.
- 13.2. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.
- 13.3. O Contratante se reserva o direito de solicitar os produtos ora contratado, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.
- 13.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelas peças/serviços efetivamente entregues, prestados e faturados, nas condições estabelecidas no contrato.

### 14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.
- 14.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 209  
Data: A  
Fls.

Mary José  
Secretaria Geral  
Portaria 02/2023

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

☛ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro - Conceição de Macabu/RJ - CEP: 28740-000

📧 [camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br](mailto:camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br) ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

14.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada do e-mail: [licitação@conceicaodemacabu.rj.leg.br](mailto:licitação@conceicaodemacabu.rj.leg.br)

14.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

14.12.1. A documentação relativa à capacidade jurídica consistirá em:

14.12.1.1. Cédula de Identidade, ou;

14.12.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

14.12.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

14.12.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício, ou;

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo 1197  
Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Mary  
Secretária-Geral  
Portaria 002/2023

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

☛ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

📧 [camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br](mailto:camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br) ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**

14.12.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**14.12.2. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:**

14.12.2.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica expedidos por entidades da Administração Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado para os quais esteja ou tenha fornecido e/ou comercializado produtos iguais e/ou semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, e que comprovem o desempenho satisfatório do fornecimento. Não será obrigatória a comprovação de características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, evitando assim restringir o caráter competitivo.

14.2.2.2 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA - Conselho de Engenharia e Agronomia, em nome da empresa participante e de seu(s) Responsável(is) Técnico(s), dentro da validade, comprovando habilitação no ramo de engenharia eletrônica.

14.2.2.2.1. A qualificação técnico-profissional poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, relações de natureza empresarial e declarações de compromisso futuro. O vínculo contratual ou empregatício dos profissionais nomeados deverá ser demonstrado, por meio de um destes documentos: Contrato social (no caso de sócio da empresa), cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a interessada como empregadora ou de contrato de prestação de serviço entre a interessada e o profissional. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela administração.

14.2.2.3 Capacitação técnico-profissional: comprovação do fornecedor possuir em seu quadro de pessoal, profissional (ais) no ramo de ENGENHARIA ELETRONICA detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

14.2.2.4 Atestado de Visita Técnica do local onde será executada o serviço, expedido pela Câmara Municipal de Conceição de Macabu, conforme modelo constante do **ANEXO II**. O dia e horário da Visita deverá ser agendado com a Secretaria Geral, através dos Tel. (22) 2779-2047, RAMAL: 201, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. A última visita técnica ocorrerá até o último dia útil anterior à data de recebimento das propostas e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa. Não será permitida a reunião de vários fornecedores numa mesma data e horário, para evitar o conhecimento prévio acerca do universo de fornecedores.

14.2.2.5 Caso a empresa opte por não realizar a visita, deverá apresentar declaração informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da contratação, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avanços técnicos ou financeiras que venham a onerar a Câmara de Conceição de Macabu, conforme modelo constante no **ANEXO III**.

**14.12.3. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:**

CMC M  
Controle Interno  
Processo nº 199  
Subproç. A  
Fls.

Mary José Garvalho  
Secretaria Geral  
Data: 03/2023

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

☛ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro - Conceição de Macabu/RJ - CEP: 28740-000

📧 camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**

14.12.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica. Não será causa de inabilitação do fornecedor a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente;

14.12.3.1.1. Para os fornecedores sediadas na cidade de Conceição de Macabu, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição.

14.12.3.1.2. Os fornecedores sediados em outras Comarcas ou Estados deverão apresentar, juntamente com as Certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua Comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial, ou de execução patrimonial, dispensadas, nos casos que a própria Certidão de Falência e Recuperação Judicial ou de execução patrimonial conste como Cartório Único de Distribuição daquela Comarca.

14.12.3.1.3. As Certidões Negativas de Falência ou Recuperação Judicial emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado sede do fornecedor que tenham abrangência de todos os Cartórios ou Ofícios, ficam dispensadas as comprovações por meio da Declaração na forma do subitem 14.12.3.1.2 do Termo de Referência.

#### **14.12.4. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:**

14.12.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF;

14.12.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;

14.12.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' e 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 02/10/2014;

14.12.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, inclusive Dívida Ativa, relativos aos tributos de ICMS, da sede do fornecedor;

14.12.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor.

14.12.4.5.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS e Taxas.

14.12.4.5.2. Para as empresas com sede no Município de Conceição de Macabu, a regularidade com a Fazenda Municipal será realizada através da apresentação das Certidões de Tributos Mobiliária (ISS e Taxas).

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 1199  
Fls. \_\_\_\_\_

Mary J. Cassiano  
Secretária Geral  
Portaria 052/2013

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

☛ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

📧 camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**

14.12.4.6. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS;

14.12.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e de acordo com a Lei Federal n.º 12.440/2011.

14.12.4.8. As provas de inscrição previstas nos subitens 14.12.4.3, 14.12.4.4, 14.12.4.5 e 14.12.4.7 poderão ser confirmadas através das apresentações das Certidões Negativas e/ou Positivas com efeitos de Negativa.

#### 14.12.5 – Documentos Complementares

14.12.5.1 – Declaração formal assinada pelo representante legal do fornecedor em cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma que dispõe o art. 10 do Decreto nº 18345 e seu anexo, **conforme modelo de Declaração da Câmara - ANEXO I.**

#### 15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

15.1. Caberá ao Gestor do Contrato, designado na Portaria 003/2023, de 03 de janeiro de 2023, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação.

- Mary Jeanny Arraiol Carvalho, Secretária Geral.

15.2. Caberá à Comissão de Fiscalização, formada pelos servidores abaixo indicados, a fiscalização da contratação, ficando responsáveis pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato:

Ana Aparecida Neves França Couto Mat.: 018/C Receptionista	
Vera Lúcia Buzzi Donato Sancho Mat.: 021/C Auxiliar de Serviços Gerais	 V. B. Sancho
Maiara dos Santos de Souza Port.: 002/2023 Assessora da Presidência	
Pablo Madureira Pereira Mat.: 051/C Chefe do Setor de Serviços Gerais	

C. M. C. M.  
Controle Interno  
Processo nº 1199  
Rubrica Fis

#### 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Mary Jeanny Arraiol Carvalho  
Secretária Geral  
Portaria nº 003/2023

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

☛ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

📧 camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**

16.1. A participante que ensejar o retardamento da execução do procedimento, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo idôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da Administração, e no caso de suspensão do direito de participação em licitações, o participante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no termo de referência e no contrato e das demais combinações legais.

16.3. Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula ou pela inexecução total ou parcial do mesmo, por infração dos preceitos legais ou fraude, por qualquer meio, da presente contratação, a contratada ficará sujeita a uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo do Contratante, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa:

a) advertência por escrito;

b) multa de 1% (um por cento) ano dia, sobre o valor total ou parte do fornecimento e/ou serviço, comprovado e atestado que não foi fornecido e/ou prestado os produtos e/ou serviços adjudicados, fornecidos e/ou prestado com atraso, ou insatisfatoriamente, causando atraso no andamento das atividades da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, até o limite de 30% (trinta por cento) quando não se comprove motivo de força maior ou caso fortuito impeditivos do cumprimento da obrigação assumida, dentro do prazo estabelecido;

c) suspensão temporária, por um prazo não superior a 03 (três) anos, de participar em procedimento licitatório e impedimento de contratar com a Administração, sem prejuízos de outras sanções cabíveis;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo mínimo a 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

16.4. A aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência e na Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações, não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

16.5. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração Municipal ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.6. Além das multas que serão aplicadas a inadimplentes, as irregularidades mencionadas nos itens anteriores serão anotadas nas suas respectivas fichas cadastrais.

Controle Interno  
Processo nº 119  
Subproç. Fis.  
M.º Conselho  
Secretaria Geral  
Ponência 00/2023

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

☛ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro - Conceição de Macabu/RJ - CEP: 28740-000

📧 camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**

16.7. As multas são independentes e as aplicações de uma não excluem a aplicação das outras.

## 17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Não será exigida a garantia contratual, pois o objeto não é de grande complexidade.

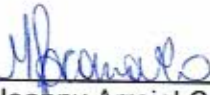
## 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

18.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas nos instrumentos constantes do processo administrativo nº 149/2024, vinculando os agentes públicos e aos participantes deste procedimento, para todos os fins.

18.2. Fica vinculada à proposta da empresa vencedora a este Termo de Referência;

Conceição de Macabu/RJ, 25 de abril de 2024.


Elaborado por

  
Mary Jeanny Arraiol Carvalho  
Secretária Geral  
Port. Nº 003/2023

Mary Jeanny A. Carvalho  
Secretária Geral  
Portaria 003/2023

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Termo de Referência.

Nathália Silveira Braga  
Presidente

  
Nathalia Silveira Braga  
Presidente da Câmara

### ANEXOS:

- I – DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
- II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA – FACULTATIVA
- III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA
- IV – PROPOSTA
- V – CONTRATO

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 149  
Rubrica  Fis

  
Mary Jeanny Arraiol Carvalho  
Secretária Geral  
Portaria 003/2023

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

☑ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

✉ camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br

☎ (22) 2779-2047

🌐 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO COM MENORES**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) \_\_\_\_\_, o (a) portador (a) da Carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, interessada em participar da Dispensa de Licitação n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n.º 9.954, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome da Empresa  
Responsável legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**Obs.: Favor preencher em papel timbrado do fornecedor, com assinatura do responsável legal e/ou representante legal do fornecedor.**

C M C M  
Controle 1299  
Processo 2019  
Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Mei. *Francisco*  
Selyny A. Cordeiro  
Secretaria  
Pórtula

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

📍 Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

📧 [camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br](mailto:camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br) ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>



ANEXO II  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA - FACULTATIVA

Eu, .....(Representante Legal devidamente qualificado), da empresa ..... Inscrita no CNPJ nº ..... portador(a) do CPF nº ....., declara, em atendimento ao previsto no Termo de Referência com vistas à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), 24 horas, sete dias por semana, com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, de forma contínua, visando priorizar e otimizar a segurança da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.

**DECLARO**, para os devidos fins, que vistoriei todos os locais onde serão executados os serviços, para efeito de conhecimento do objeto solicitado, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

**DECLARO** também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Técnico credenciado da Empresa.

\_\_\_\_\_  
Câmara Municipal de Conceição de Macabu.

(Responsável pelo acompanhamento visita técnica)

\* Declaração a ser emitida pelo fornecedor em papel que a identifique.

*Mary...*  
Mary...  
Societária Geral  
Portaria 03/2023

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 159  
Rubrica: A Fls. \_\_\_\_\_

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

📍 Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro - Conceição de Macabu/RJ - CEP: 28740-000

✉ camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

ANEXO III  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA

Eu, ..... (Representante Legal devidamente qualificado), da empresa ..... inscrita no CNPJ nº ..... portador(a) do CPF nº ....., declara, em atendimento ao previsto no Termo de Referência com vistas à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), 24 horas, sete dias por semana, com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, de forma contínua, visando priorizar e otimizar a segurança da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.

**DECLARO**, para os devidos fins, que **NÃO** vistoriei os locais onde serão prestados os serviços, para efeito de conhecimento do objeto solicitado, assumindo assim que **CONCORDO** com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, e que, ainda assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de minha omissão na verificação das condições do local de execução do objeto.

**DECLARO** ainda que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos e assim assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório, sem quaisquer direito a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

**DECLARO**, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado, utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Técnico credenciado da Empresa.

\* Declaração a ser emitida pelo fornecedor em papel que a identifique. Preenchimento obrigatório se não for realizada a visita técnica.

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 169  
Rubrica A Fis

Mary .....  
Secretaria Geral  
Portaria 03/2024

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

📍 Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

📧 camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br 📞 (22) 2779-2047 🌐 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

DISPENSA DIRETA ART. 75, II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 Nº 012/2024

ANEXO IV

EXCLUSIVO: EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE  
PLANILHA DE PREÇOS

PROC. Nº 149/2024

FLS.: \_\_\_\_\_ ASS. \_\_\_\_\_

Item	Descrição Completa do Material/Serviço/Obra	QTD	UND	Critério de Aceitabilidade		PROPOSTA		
				Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Marca
1	Contratação de serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), 24 horas, sete dias por semana, com manutenção e assistência técnica preventiva e otimizar a segurança da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.	12	MESES	R\$ 4.680,40	R\$ 56.164,80	R\$ -	R\$ -	
Valor Total				R\$ 56.164,80				

VALOR POR EXTENSO

R\$

OBS: Contratação de serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), 24 horas, sete dias por semana, com manutenção e assistência técnica preventiva e otimizar a segurança da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.

Espaço reservado a Empresa (carimbo e assinatura)

Câmara Municipal de Conceição de Macabu - CMM

EMPRESA:

CNPJ Nº:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CMM  
Controladoria  
Processos  
Administrativos  
Fls. 149

BAIRRO:

CEP:

ESTADO:

*Mary*  
Mary de Jesus  
Sociedade Civil  
Pessoa Física





MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

(Processo Administrativo nº 149/2024)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ----/----, QUE  
FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE  
CONCEIÇÃO DE MACABU E A EMPRESA -----

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, com sede no(a) Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 30.396.097/0001-64, neste ato representado pela Presidente **NATHALIA SILVEIRA BRAGA**, nomeada pelo Termo de Posse nº 001/2023, de 01 de janeiro de 2023, publicada no DOM de 03 de janeiro de 2023, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa -----, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº -----, sediado(a) na ----- doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado por -----, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 149/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) ---- n. ---/---, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), 24 horas, sete dias por semana, com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, de forma contínua, visando priorizar e otimizar a segurança da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços de Monitoramento Eletrônico, com instalação, configuração e locação de equipamentos de controle de acesso e sistema de circuito fechado de televisão (monitoramento de CFTV), 24 horas, sete dias por semana, com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, de forma contínua, visando priorizar e otimizar a segurança da Câmara Municipal de Conceição de Macabu	MÊS	12		

C. M. C. M.  
Controle Interno  
Processo nº 149  
Rubrica Fis

Mary  
Secretaria  
Fiscal



1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Deverá ser empenhado no exercício de 2024 o valor referente aos meses de realização do serviço nesse exercício, ficando a cargo no novo gestor a realização do Empenho do valor referente aos meses do exercício de 2025.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. O contrato não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo de aditivo.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

G.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 199  
Rubrica Fis

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Mary J.  
Sec.  
Portaria 001





#### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 6.2. Os pagamentos serão efetuados pela Câmara Municipal de Conceição de Macabu, em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.
- 6.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de multa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, desde que solicitado pelo contratado de forma escrita e antes da celebração de eventual termo aditivo, os preços poderão ser reajustados, mediante aplicação, pelo contratante do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. A formalização de aditamento sem a concessão de reajuste, ou ressalva de sua análise superveniente, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Controle Interno  
Processo nº 199  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_  
*[Assinatura]*  
Meysony A. Carvalho  
Secretaria Geral  
Paziana 03/2023



- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviços prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal de Conceição de Macabu para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Câmara Municipal de Conceição de Macabu terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Controle Interno  
Processo nº 179  
Rubrica \_\_\_\_\_ Fis. \_\_\_\_\_

Mary de Jesus  
Secretaria Geral  
Portaria 002/2023





- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Câmara Municipal de Conceição de Macabu não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Câmara Municipal de Conceição de Macabu no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Câmara Municipal de Conceição de Macabu ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 199  
Fls. 15

Mary Gracy A. Carvalho  
Secretária Geral  
Portaria 021/2023





- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 199  
FIS

*[Assinatura]*  
Secretaria Geral  
Fone: 032023





- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.23. Realizar o serviço objeto destes autos no seguinte local) Câmara Municipal de Conceição de Macabu, localizada à Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000, nos dias úteis, no horário de 08:30 às 17:00 horas;

#### CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A *Câmara Municipal de Conceição de Macabu* deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 159  
Fls. 11/11  
Mey...  
Secretaria  
Porãna...



10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Câmara Municipal de Conceição de Macabu nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Controlado em  
Processo nº 1799  
Rubrica Fis  
Macabu  
Secretaria de  
Poder Judiciário





h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;

Controle Interno  
Processo nº 119  
Subprova Fis

*M. Canallo*  
Secretaria Geral  
Portaria 03/2023





- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Controle Interno  
Processo nº 109  
Fls. 109  
Mary Beatriz Carneiro  
Secretária Geral  
Portaria 03/2022





13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária	
Função	
Ficha	
Sub função	
Programa	
Projeto/Ative	
Conta	
Fonte	

G.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 1199  
Rubrica 1199  
Fis

Mary *Mary*  
Secretaria Geral  
Portaria 01/2023



14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Conceição de Macabu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Conceição de Macabu/RJ, ... de .... de 2024.

\_\_\_\_\_  
Câmara Municipal de Conceição de Macabu

\_\_\_\_\_  
Contratada

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Câmara Municipal de Conceição de Macabu

📍 Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

✉ camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br 📞 (22) 2779-2047 🌐 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>

C.M.C.M.  
Controle Interno  
Processo nº 199  
Pública - Fis. ....

*[Assinatura]*  
Márcia ...  
Secretária Exec.  
Portaria 000/2024





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

1 - \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

G.M.C.M.  
Controle / 2019  
Processo nº 1599  
Rubrica \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

  
Silvana Carvalho  
Secretaria Geral  
Poliana 03/2023

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

📍 Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

📧 [camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br](mailto:camara@concelcaodemacabu.rj.leg.br) ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.concelcaodemacabu.rj.leg.br/>